



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ÊNOLA CAMARGO DA LUZ

**MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO:
AS INTERFACES DA DIVERSIDADE CULTURAL**

TAGUAÍ - SP
2022



ÊNOLA CAMARGO DA LUZ

**MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO:
AS INTERFACES DA DIVERSIDADE CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado no curso de Graduação em
Pedagogia nas Faculdades Integradas de
Taguaí sob a orientação do professor Me.
Paulo Renato da Silva.

TAGUAÍ - SP
2022



ÊNOLA CAMARGO DA LUZ

**MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO:
AS INTERFACES DA DIVERSIDADE CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo professor Me. Paulo Renato da Silva, apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia das Faculdades Integradas de Taguaí, como requisito para obtenção do grau de graduado em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROFESSOR MESTRE PAULO RENATO DA SILVA

PROFESSOR MESTRE ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS

PROFESSORA ESPECIALISTA MARIA CLAUDIA TEIXEIRA DE CARVALHO

Agradeço a Deus, pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada, agradeço a meus professores e aos meus colegas que me ajudaram na conclusão desse artigo científico, agradeço aos meus familiares que me apoiaram todo o tempo para que fosse possível a conclusão.

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de retratar a temática do multiculturalismo na educação, expressando as consequências relacionadas ao desenvolvimento dos discentes, além dos desafios expostos pelos professores e possíveis estratégias que já utilizam ou podem utilizar em busca de cessar as demais dificuldades referidas ao problema relevado. Será discutido como pode ser trabalhado as interações, deter as discriminações e desentendimentos entre os alunos em relação ao diferente. O tema na interculturalidade na educação é muito relevante em nossa sociedade atualmente, incluindo a instituição escolar, pois são facetas interligadas em todo tipo de desenvolvimento. Os professores têm o objetivo de mediação, tendo grande papel intercultural no campo educacional, visto que suas condutas interferem na evolução dos discentes. Contudo a instituição escolar tende a se retratar como local de interação cultural, flexibilizando seu currículo. Esse trabalho refletirá as práticas pedagógicas utilizadas entre as escolas, visto que a educação cultural pode ser melhor abordada entre as disciplinas, trabalhando não só a diversidade de nacionalidades e riquezas culturais, mas também questões sociais e humanas, estimulando-os à uma melhor convivência no meio social. A metodologia utilizada foi por meio de fontes bibliográficas secundárias, continuando com uma pesquisa de campo com indivíduos pertencentes a um corpo docente de uma instituição escolar d município de Fartura. A prática multicultural é uma problemática trazida em meio a sociedade, onde essa formação diversificada pode ter um melhor rendimento, o que infelizmente não está ocorrendo, pois os episódios que podem ser vistos entre as instituições nos dizem o contrário.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Cultura. Educação. Currículo. Práticas Pedagógicas.



1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre pluralidade cultural e sua importância na representação das identidades culturais em diversos campos sociais, incluindo a educação, tem se intensificado nas últimas décadas. Pesquisadores, movimentos sociais e agentes sociais defendem a valorização da diversidade cultural e propõem a percepção e o combate a preconceitos ligados a determinantes de gênero, raça, religião, deficiências, padrões culturais e outros. Propondo a perspectiva do multiculturalismo, estas discussões representam vozes em busca de direitos vinculadas à diversidade cultural, sexual, linguística e identitária. A proposta dessa discussão é a redução dos conflitos e violências provenientes da negação da diversidade cultural.

Para que possamos entender a discussão feita no decorrer deste artigo, precisamos primeiramente definir de forma breve o conceito de “cultura”. A cultura é entendida como um conjunto de idealizações, costumes e crenças que podem definir o modo de vida em uma sociedade ou grupo específico, trazendo à tona sua culinária, religião, músicas, entre outros pontos que moldam sua identidade coletiva. (FERREIRA, 1999, p. 591). Também é essencial adiantar o que aqui será discutido por “multiculturalismo”, que é a coexistência de várias culturas num mesmo território ou país, com diversidade étnica e racial e novas identidades políticas e culturais. Já o termo diversidade, como substantivo, é tudo o que nos diferencia de algo ou do outro, como um corte de cabelo ou até mesmo a cor dos olhos (LARAIA, 2001).

De fato, a problemática da diversidade cultural e da construção da aceitação e valorização das diferenças tem sido trazida para uma visão de cidadania multicultural, com respaldo legal, efetivada de forma concreta e negociada em discursos e espaços, dentre os quais a educação e a formação docente ganham cada vez mais força. A força que está emergindo da problemática da defesa do multiculturalismo está se tornando cada vez mais abrangente, penetrando na política partidária, nas universidades e nas mídias, desafiando assim os padrões de cultura hegemônicos (CANEN, 2007).

O fato de estarmos vivenciando grandes mudanças na perspectiva de cidadania traz na questão histórico-cultural um grande confronto entre as ideologias e as representações culturais na sociedade. Esse tema foi por muito tempo ignorado



pelos detentores do poder e por aqueles que têm mais voz em nosso país, reproduzindo-se um caráter homogeneizado de cultura: uma cultura dominante que não valoriza ou que nega diferenças. Essa discussão é feita também em relação à escola, principalmente porque não podemos desassociar as experiências pedagógicas das experiências culturais (CANDAU, 2008b).

Esse movimento contra hegemônico penetra também nas faculdades de formação de professores e está presente nos discursos de alguns professores da Educação Básica. As perguntas que fazemos aqui são: Como o multiculturalismo é discutido nos dias de hoje na Educação Básica? Como deveria ser essa discussão para combater discriminações, violências e valorizar a diversidade cultural?

A primeira hipótese dessa pesquisa é a que a defesa do multiculturalismo, com suas múltiplas formas de expressão, vem ocupando lugar nos debates educacionais nas universidades, principalmente na pós-graduação. Como veremos, pesquisadores sobre cultura e educação fazem essa discussão com vistas a integrar essa visão também ao cotidiano das escolas. Para defender essa hipótese será feita uma discussão bibliográfica sobre a conceituação de multiculturalismo proposta por pesquisadores.

A segunda hipótese dessa pesquisa é que compreensão e a valorização do multiculturalismo dentro das escolas em geral está sendo diferente do que deveria ser. Essa discussão e principalmente ações a partir dela penetram com atraso na realidade dentro das instituições. Em alguns casos professores conservadores negam a necessidade dessa discussão; em outros casos há professores acomodados que são indiferentes a essas discussões. E há ainda aqueles que fazem essa discussão entre os pares, mas não a levam para sala de aula, seja por não querer confrontar padrões estabelecidos de conduta, seja para evitar possíveis desentendimentos com os familiares.

Em vez de enfrentarmos também na escola o atual questionamento que se faz do processo de homogeneização e negação das diferenças culturais, a escola está relativamente sendo distanciada cada vez mais, pois é uma discussão a qual demora para refletir no ensino da Educação Básica. O mundo está em constante mudança, mas a educação está deixando de acompanhá-las na mesma velocidade,



criando-se um estranhamento entre os alunos reais e as concepções de alunos de professores, gestores e familiares.

Por fim, a terceira hipótese dessa pesquisa é a de que há caminhos a serem seguidos na educação para entender, respeitar e valorizar o multiculturalismo. Nesse sentido, será discutido quanto o currículo oficial prevê essa discussão e o que alguns autores referência no assunto defendem em suas pesquisas e propõe para o contexto da Educação Básica.

Para investigar tais hipóteses e discutir esse tema, o corpo da pesquisa será dividido em quatro seções. Na primeira seção será discutido o conceito de cultura e principalmente o conceito de multiculturalismo, apontando às diversas perspectivas criadas a partir desse segundo conceito. Na segunda seção a discussão trará a questão da formação da diversidade cultural e sua negação na formação do nosso país. Nessa seção também será discutido como esse tema é pouco discutido em salas de aulas da Educação Básica no Brasil. Na terceira seção, a problemática a ser discutida será apontar como as discussões sobre multiculturalismo defendem que o tema deve ser abordado na Educação Básica. Por fim, a quarta seção trará uma pequena pesquisa empírica sobre o que membros de uma comunidade escolar entendem sobre o tema, comentando-se as entrevistas à luz do que foi discutido nas seções anteriores.



2. MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO

2.1 Definições de cultura e multiculturalismo

Para entendermos melhor o decorrer deste artigo precisamos começar discutindo o conceito de cultura. Segundo o dicionário Aurélio, existem diferentes tipos de significados para a palavra cultura, como: 1. um conjunto de crenças, saberes, valores, línguas, costumes, hábitos que definem o modo de vida de um grupo específico ou sociedade; 2. expressão ou estágio evolutivo das tradições e valores de uma região num período determinado: cultura católica; 3. Conjunto dos conhecimentos adquiridos; instrução: sujeito sem cultura (FERREIRA, 1999, p. 591). Mas será que o conceito de cultura na questão social é somente isso que o dicionário diz, ou temos muito mais a agregar a essa palavra?

Quando as pessoas em geral pensam em cultura primeiramente aponta-se para: a) cultura são as belas artes e os conhecimentos mais avançados de nossa civilização; b) cultura é aquilo que *nós* produzimos. Ora esse “nós” é a nossa região, ora é o nosso país; ou seja, cultura é estreitamente pensada como elemento civilizatório que se consolidou principalmente a partir da Europa e EUA. Dentro desse âmbito, como elementos comumente elencados como cultura pode-se citar, por exemplo, as tecnologias advindas da revolução científico-tecnológica que se acentuou a partir do século XIX na Europa; a cultura da mídia, como o cinema, popularizada a partir dos EUA, e mesmo os grandes movimentos da música e da literatura brasileira.

Mas cultura não são somente esses grandes elementos (conhecimentos, costumes, entretenimento) percebidos como fruto da expansão da civilização ocidental. Nada que não seja determinado biologicamente é natural; é sim cultural. Cultura é ao mesmo tempo estrutura, como a língua, e elemento novo, como aquela música que está fazendo sucesso agora. Para dar um exemplo prático: a “nação”, que não é nada mais que uma grande comunidade imaginada, uma ficção, recontada e aceita como “natural”, constituindo-se como uma estrutura cultural (LARAIA, 2001).

Em termos estruturais cultura é aquilo que o coletivo acredita e faz uso como se fosse algo “natural” ou “normal”, uma matriz que é imposta e repassada através das gerações, com lentas mudanças e incorporações. Por outro lado, há as



diferentes significações, adaptações e usos que cada região, classe, grupo ou gênero criam localmente a partir dessa matriz. Então é preciso entender o desenvolvimento da cultura como uma síntese mutante entre imposição/modismo e resistência ou sincretismo (LARAIA, 2001).

Nesse sentido, a cultura no Brasil pode ser simplificada da seguinte maneira: diversas culturas que juntas compõem a “cultura brasileira” (RIBEIRO, 2013). Entender a cultura no Brasil implica em: a) aceitar que no país existem muitas diferenças culturais; b) valorizar a diversidade cultural como algo que torna o país mais rico; c) não perceber a *minha* cultura como a certa ou a melhor; d) perceber que não existe uma cultura pura ou original; e) entender quais elementos compõem a matriz cultural do país, da região ou do grupo; e) valorizar a “cultura do outro”, assim como queremos que o “outro” valorize a “nossa”. Desnaturalizar a cultura como algo puro possibilita o combate a preconceitos, discriminações e conflitos; por outro lado, estimula o enriquecimento cultural, a criatividade e a empatia.

Portanto seguimos analisando o complexo termo cultura, que nos mostra ser uma palavra condicionalmente polissêmica. Velho afirma que:

Hoje em dia *cultura* faz parte do vocabulário básico das ciências humanas e sociais. O seu emprego distingue-se em relação ao senso comum no sentido que este dá às noções de homem *culto* e *inculto*. Assim como todos os homens em princípio interagem socialmente, participam sempre de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, *redes de significado* que definem a própria natureza humana. Por outro lado, *cultura* é um conceito que só existe a partir da constatação da diferença entre nós e os outros (VELHO, 1994, p.63, grifos do autor).

Outros conceitos que precisamos definir aqui são os de “diferença” e de “diversidade”, quando se fala em uma mesma sociedade. Quando fora de um contexto de discussão esses conceitos muitas vezes podem trazer o mesmo sentido, mas em nossa discussão não representam a mesma coisa. “Diferença” em uma sociedade, de modo geral, está ligada a mudança qualitativa, ou ao ato de transformar as relações, identidades ou valores comuns. “Diversidade” em sua definição nos diz respeito ao quantitativo, o que é múltiplo e diferente, coexistindo ao mesmo tempo em uma matriz cultural ampla, fazendo-a heterogênea. O conceito de diversidade pressupõe a coexistência social de diversos padrões ou identidades culturais e sua percepção depende de uma visão multicultural (CANDAU, 2011).



A discussão sobre cultura, diferença e diversidade em termos de grupos sociais nos leva para discussão da diversidade de culturas, que é conceituada por pesquisadores e ativistas como multiculturalismo. Por isso, temos que buscar uma definição para o termo multiculturalismo, propondo um referencial conceitual para desenvolver essa pesquisa. As definições aqui discutidas não são as únicas e nem definitivas; e sim síntese acadêmica de uma busca por delimitações acerca de como referenciar e defender a diversidade dos grupos sociais. Ou seja, discutiremos brevemente as principais contribuições trazidas pela bibliografia aqui selecionada – que, aliás, aborda as principais discussões teóricas acerca do tema.

Quando se discute multiculturalismo, primeiro devemos delimitar em linhas gerais o que esse termo representa. Conceitualmente o multiculturalismo traz diferentes definições, gerando variadas concepções entre autores, as quais giram em torno de uma matriz comum – que é a ideia que existem vários elementos culturais em uma mesma sociedade. Groff e Pagel afirmam que a própria dificuldade de definir esse conceito é um indício de que há diferentes perspectivas acerca do que ele representa:

A noção de multiculturalismo, em sentido amplo, pode mudar de um lugar para outro. Algumas pessoas veem o multiculturalismo como uma filosofia antirracista; outras, como uma maneira de reforma educacional; outras, como proteção da diversidade cultural e dos direitos das minorias, ou o veem como uma neutralidade, entendendo ser uma simples pluralidade de culturas. O multiculturalismo para pessoas diferentes pode significar coisas diferentes (GROFF; PAGEL, 2009, p. 10).

Mesmo com essa diversidade de perspectivas, podemos partir da definição de multiculturalismo como um elemento constitutivo da realidade e também como uma perspectiva sobre as sociedades. A partir disso, a seguir traremos algumas propostas sobre o tema, até indicar qual é a perspectiva que julgamos mais adequada para essa pesquisa.

Inicialmente podemos definir o multiculturalismo como um elemento constitutivo da realidade, um fato que existe, independente de nossa interpretação sobre ele. Nessa perspectiva o multiculturalismo é a coexistência (nem sempre pacífica ou reconhecida) de variadas culturas em um mesmo território, sejam elas advindas de diversas partes do mundo, sejam elas gestadas no interior de uma mesma nação através de mudanças históricas ou diversificação de elementos culturais. É um processo que ocorre na história como elemento decorrente do



encontro entre diferentes povos e as transformações culturais as quais os grupos humanos passam.

Em outro sentido, podemos definir o multiculturalismo como uma perspectiva sobre a sociedade, de reconhecimento de sua diversidade social e cultural. Essa perspectiva propicia ainda que ocorram ações políticas em prol da defesa da existência dessa diversidade, de seu reconhecimento, de sua valorização e até mesmo de sua promoção. Werneck nos traz de maneira simplificada sua concepção do significado de multiculturalismo, entendendo que é [...] "um movimento social que leva ao reconhecimento da diversidade das culturas e à investigação sobre as questões da identidade, dos direitos humanos, da exigência da tolerância entre os povos" (WERNECK, 2008, p. 429).

Candau traz importantes discussões acerca dessa problemática, propondo que o primeiro passo é distinguir as duas abordagens que ela defende como fundamentais. Para a pesquisadora as duas principais abordagens do multiculturalismo são as descritivas e as prescritivas – o que está, mesmo em outros termos, em consonância com as categorizações dessa seção. Para a pesquisadora:

A primeira afirma ser o multiculturalismo uma característica das sociedades atuais. Vivemos em sociedades multiculturais. Podemos afirmar que as configurações multiculturais dependem de cada contexto histórico, político e sociocultural. O multiculturalismo na sociedade brasileira é diferente daquele das sociedades européias ou da sociedade estadunidense. Nesse sentido, enfatizam-se a descrição e a compreensão da construção da formação multicultural de cada contexto específico. A perspectiva prescritiva entende o multiculturalismo não simplesmente como um dado da realidade mas como uma maneira de atuar, de intervir, de transformar a dinâmica social. Trata-se de um projeto, de um modo de trabalhar as relações culturais numa determinada sociedade e de conceber políticas públicas nessa direção (CANDAU, 2008b, p. 50).

Então, o multiculturalismo é também promover a criação de uma sociedade com diversos elementos culturais, os quais são representações de diferentes grupos que coexistem. O reconhecimento e aceitação do multiculturalismo em uma mesma nação viabilizam que seja vivenciada a importância de cada uma, superando conflitos identitários, xenofóbicos e discriminações como de gênero, classe e religião. Nessa perspectiva multiculturalismo é uma forma de perceber e aceitar (representação) daquilo que já existe (representado) ou permitir que transformações culturais ocorram (CANDAU, 2008b, p. 50).



Silva e Brandim discutem a obra de Peter McLaren, *Multiculturalismo crítico* (1997), que é uma referência e marco histórico nessa discussão. O esquema proposto pelo pesquisador indica quatro vertentes do multiculturalismo: *conservadora ou empresarial, humanista liberal, liberal de esquerda e crítica e de resistência*. As autoras aqui abordadas resumem as três primeiras vertentes e as críticas feitas a elas feitas por McLaren:

A vertente conservadora ou empresarial sustenta a ideia de que o déficit cultural dos grupos não-brancos pode ser superado com a ajuda dos grupos culturais brancos, em prol de uma cultura comum, padronizada. Tal postura acaba contribuindo para a desmobilização dos grupos dominados, em suas lutas pela afirmação do seu capital cultural. A vertente humanista liberal por “ingenuidade” ou “idealismo” ressalta a existência de uma igualdade natural entre as diversas etnias, sem se preocupar em evidenciar a falta de oportunidades iguais em termos sociais e educacionais. A vertente liberal de esquerda é a favor da pluralidade cultural, acreditando que a igualdade racial contribui para camuflar a diversidade. Acusada de fazer uma análise superficial da pluralidade, essa vertente pouco contribui para transformar as relações de dominação (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 62-63).

Em seguida, as autoras aqui abordadas afirmam que Peter McLaren defende a vertente crítica e de resistência, pois essa trata a questão da diferença a partir da dimensão política e histórica. Para o pesquisador, todo movimento ou ideia são sempre fruto da história, da cultura, do poder e da ideologia. Nessa perspectiva as discussões sobre cultura são também influenciadas pelos discursos de poder, sendo necessário superá-los e transformar as discussões em instrumento de conscientização. Por isso, a pluralidade só adquire significado efetivo quando está inserida em uma política de crítica comprometida com a transformação social e a justiça (SILVA; BRANDIM, 2008).

Uma das propostas de interpretação e ação promove que é mais adequado o uso do sufixo “inter” e não “multi”. Essa proposta defende que existem sociedades com diversos grupos culturais que se inter-relacionam, influenciando-se, relacionando-se e mesmo violentando-se. Nessa perspectiva o multiculturalismo traz uma perspectiva menos dinâmica e simplista. Canen afirma que alguns autores:

Apontam que o interculturalismo seria um termo mais apropriado, na medida em que o prefixo ‘inter’ daria uma visão de culturas em relação, ao passo que o termo multiculturalismo estaria significando o mero fato de uma sociedade ser composta de múltiplas culturas, sem necessariamente trazer o dinamismo dos choques, relações e conflitos advindos de suas interações (CANEN, 2007, p. 92).



Concordamos com essa perspectiva e ressaltamos seu alcance vai além da semântica, influenciando ainda representações e ações. No entanto, nessa pesquisa limitamo-nos ao uso do sufixo “multi”, por três motivos: primeiro por ser mais comum nas discussões culturais e já ter um significado consolidado; segundo por ser a terminologia usada pelos principais autores aqui discutidos. Por fim, concordamos com as propostas de Canen (2007) e Candau (2011) que apontam essa riqueza conceitual já nas diferenciações propostas para o uso da própria terminologia multiculturalismo.

Para avançar na discussão devemos ainda advertir que a realidade multicultural é complexa de se perceber e entender, promovendo ainda que a discussão sobre multiculturalismo seja definida em algumas nuances. Abordando essa diversidade de significações, Candau defende que tal conceito pode ser se dividido em três categorias: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista ou monocultural e o multiculturalismo interativo (CANDAU, 2011). A síntese feita por Candau traz outros termos, mas que representam perspectivas semelhantes às de Peter McLaren.

O multiculturalismo assimilacionista defende que deva ocorrer a coexistência da diversidade e uma sociedade multicultural sem modificações. A proposta é que ocorra uma integração dos grupos minoritários ou excluídos juntamente à cultura dominante, que possam coexistir inter-relacionando-se. Essa perspectiva se limita a descrever a sociedade a partir do ponto de vista hegemônico (CANDAU, 2011).

Já o multiculturalismo diferencialista – que pode ser considerado o oposto da abordagem assimilacionista – afirma que a assimilação silencia as diferenças presentes na sociedade. Defende-se que a diferenciação promove que se mantenha e se valorize as diferenças dos diferentes grupos como forma de eles manterem suas matrizes culturais acesas. Para que essas diferenças tenham liberdade de expressão, é preciso que alguns espaços sejam modificados e promova-se melhoria e acessos socioculturais a certos grupos para que esses possam vivenciar uma coletividade entre eles. Portanto, essa perspectiva propõe a valorização dos diferentes grupos e identidades, privilegiando espaços homogêneos e diferenciados, cristalizando-se identitarismos dos grupos sociais (CANDAU, 2011).



A terceira perspectiva discutida por Candau é a do multiculturalismo intercultural, que é mais complexa e abrangente que as outras duas. Para a pesquisadora:

Considero que uma primeira característica que a configura é a promoção deliberada da interrelação entre diferentes sujeitos e grupos socioculturais presentes em uma determinada sociedade. Neste sentido, esta posição se situa em confronto com todas as visões diferencialistas, assim como com as perspectivas assimilacionistas. Por outro lado, rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de construção, desestabilização e reconstrução. Uma terceira característica está constituída pela afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras, nem estáticas (CANDAU, 2011, p. 247).

É a perspectiva do multiculturalismo intercultural que Candau defende, por considerá-la a mais adequada para a construção de sociedades democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade. Para a pesquisadora o multiculturalismo intercultural, mais aberto e interativo, tem por interesse as culturas em constantes transformações e a interrelação dos diferentes grupos socioculturais e o hibridismo entre os grupos. Isso se justifica, pois, como foi dito acima, a sociedade está em constante modificação e conseqüentemente nós, que vivemos em sociedade, não fazemos parte de uma única cultura, mas sim de uma mistura, ou seja, uma sociedade heterogênea. Essa última abordagem é uma maneira de perceber que as culturas podem se relacionar de maneiras diferentes, sem entrar no ponto do eurocentrismo (CANDAU, 2011).

Os movimentos multiculturalistas politicamente refletem sobre a necessidade de redefinir conceitos como cidadania e democracia, relacionando-os à afirmação e à representação política das identidades culturais subordinadas (perspectiva prescritiva). Como corpo teórico, questiona os conhecimentos produzidos e transmitidos pelas instituições escolares, evidenciando etnocentrismos e estereótipos criados pelos grupos sociais dominantes, silenciadores de outras visões de mundo (perspectiva descritiva). Ou seja, multiculturalismo é ao mesmo tempo uma estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural, não podendo ser concebido dissociado dos contextos das lutas dos grupos culturalmente oprimidos.



2.2 Identificando o problema no Brasil e na Educação Básica

A discussão proposta para o presente texto impõe que falemos sobre o contexto histórico-cultural que nos permeia desde a colônia, trazendo à tona o choque de culturas dela advindo. No Brasil esse sistema de diversidade cultural surgiu no momento que houve o contato entre duas matrizes culturais diferentes: os europeus e os indígenas (essa última matriz composta por diversos povos). Em seguida, com a chegada de milhões de africanos escravizados, consolidaram-se as três matrizes culturais que compõem o povo brasileiro.

Ainda que não tenha sido assim pensado no período, hoje fica óbvio que se iniciou entre essas culturas o etnocentrismo no país (uma única etnia como centro, agindo como superior às outras demais). A nossa formação foi forjada por um choque cultural muito forte, marcado pela dor, discriminação e exclusão do “outro” para a formação do “nós”.

Depois, com o processo de independência e construção da nação brasileira, o discurso daqueles que detinham o poder traçou estratégias para conciliar o projeto de um império comandado por homens brancos frente a um país composto em sua maioria por negros, indígenas e aqueles que eram chamados de mestiços. Para as elites brasileiras, a partir de uma estrutura cultural racista, os negros e os indígenas passaram a constituir somente um elemento prejudicial na constituição do “povo brasileiro”. Nesse aspecto, existia a crença no gradual “branqueamento” da população, uma vez que negros e indígenas supostamente desapareceriam da população brasileira (RIBEIRO, 2013).

Com a República e os projetos de modernização do país, o discurso hegemônico no Brasil teve repulsa em adentrar no assunto da diversidade aqui proposto. A partir desse período tentou-se negar o papel o qual os indígenas e negros desempenhariam no desenvolvimento da nação, como se esses simplesmente fossem desaparecer frente ao branco que detinha o poder. A criação do povo brasileiro, enquanto uma sociedade homogênea, sem defeitos, que buscavam sempre os mesmos interesses, constitui-se em um discurso violento no qual quem era considerado diferente, fora dos “padrões” na época exercidos, era brutalmente julgado, excluído ou morto (SEVCENKO, 1998).



No decorrer do tempo e com a resistência daqueles grupos excluídos, e principalmente com a percepção do sincretismo cultural existente no Brasil, criou-se e se reproduziu o discurso de uma suposta “democracia racial”. Portanto o discurso que ganhou força na imprensa, nas discussões da classe média mesmo entre intelectuais era a de que a misturas de “raças” no Brasil fazia desse um país mais rico e com uma cultura mais dinâmica e sincrética. No entanto, as contribuições dos povos africanos e indígenas passaram a ser vistos como elementos históricos e folclóricos, que seriam superados ou passivamente assimilados pela matriz europeia (RIBEIRO, 2013).

De acordo com Candau, a nossa formação histórica enquanto país está marcada pela eliminação física e pela escravização do “outro”. Isso ainda se reflete na negação da alteridade no plano das representações e no imaginário social. Em luta contra a discriminação e o preconceito, o povo brasileiro vem buscando ainda acabar com esses fragmentos negativos de nossos antepassados que infelizmente preponderaram nossa base social. “O debate multicultural é sobre nossa formação histórica, sobre nossa construção sociocultural, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos (CANDAU, 2008a, p.17).

Toda nação deve ter consciência de seu surgimento e como foi constituída, com suas contradições, negações e invenções sociais. Nós, como povo brasileiro, temos que ter esse entendimento que nosso povo é uma mistura de etnias e que cada uma delas trouxe suas praxes para nossa vivência atual (VELHO, 1994). É essa diversidade em nossa formação enquanto brasileiros que nos faz sermos quem somos até hoje, mesmo que não percebamos ou neguemos essa diversidade.

Antes de ser um problema de cultural/educacional, é preciso se levar em conta que é um problema de desigualdade social, bem como de gênero e raça. Candau diz que são problemas estruturais que se cruzam e prejudicam principalmente os mais pobres e aqueles que não se enquadro no perfil sociocultural hegemônico dos grandes centros:

Há grupos, como os indígenas, negros, homossexuais, pessoas oriundas de determinadas regiões geográficas do próprio país ou de outros países e de classes populares, e/ou com baixos níveis de escolarização, com deficiência, que não têm o mesmo acesso a determinados serviços, bens, direitos fundamentais que outros grupos sociais, em geral, de classe média ou alta, brancos considerados “normais” e com elevados níveis de escolarização (CANDAU, 2008a, p. 20).



Se o preconceito e a negação da alteridade perpassam a sociedade, obviamente eles também estão presentes nas escolas, e se tornam mais graves de acordo com o crescimento das crianças. A sociedade, com suas formas de poder e violência, reproduz-se nas escolas; e não somente a partir delas, pois as crianças já chegam na escola diferenciadas negativamente e estigmatizadas pela sua identidade de gênero, sua origem, sua cor e sua faixa socioeconômica. De acordo com Candau:

Se a cultura escolar é, em geral, construída marcada pela homogeneização e por um caráter monocultural, invisibilizamos as diferenças, tendemos a apagá-las, “são todos alunos, são todos iguais”. No entanto, a diferença é constitutiva da ação educativa. Está no “chão”, na base dos processos educativos [...] (CANDAU, 2008a, p. 25).

Essa homogeneização cultural muitas vezes ofusca o olhar, como um *daltonismo cultural*, daqueles que deveriam superá-la, como se não reconhecer ou não falar do problema fizesse que ele desaparecesse (CANDAU, 2008a). Hanna afirma que: “na escola há a valorização de um “modelo ideal” de aluno e todos os que “fogem” desse modelo tendem a sofrer diferentes formas de discriminação” (HANNA, 2015, p 67).

No entanto, uma leitura rápida em pesquisas sobre o assunto e uma conversa aprofundada e questionadora com professores já demonstram que o problema existe nas escolas, e pode, inclusive, estar na ideologia ou nas ações veladas de alguns professores. E é por isso mesmo que as escolas podem ser um meio para identificar, revelar e valorizar a diversidade, e com isso combater a discriminação (CANDAU, 2008a; CANEN, 2007; MAIA e SILVA, 2019).

Falando-se especificamente da educação, é perceptível que preconceitos, discriminações, violências e o bullying se acentuam no início da etapa educacional Fundamental I. Mesmo que haja práticas como o bullying nos anos finais da Educação Infantil, é a partir do primeiro ano do Fundamental que as crianças de seis anos têm contato com crianças maiores e em contextos de discriminação.

Como veremos na próxima seção, o currículo básico para o Fundamental prevê que tal discussão seja feita, ao menos indiretamente ou para a maioria das problemáticas aqui apontadas. No entanto, na Educação Básica o reconhecimento e a valorização do multiculturalismo podem estar ausentes e sendo abordados superficialmente nas práticas dos professores. Essa ausência ocorre principalmente



nos temas percebidos como mais polêmicos, com a necessária valorização da diversidade de identidades de gênero e a diversidade, ou de religião (CANDAU, 2011; MAIA e SILVA, 2019).

O problema no cotidiano é o fato de a maioria dos professores não encararem o desafio ou não se aprofundarem na discussão. Segundo Candau, isso ocorre por diferentes razões, dentre as quais:

A dificuldade e falta de preparo para lidar com estas questões, o considerar que a maneira mais adequada de agir é centrar-se no grupo “padrão”, ou, em outros casos, por, convivendo com a multiculturalidade quotidianamente em diversos âmbitos, tender a naturalizá-la, o que leva a silenciá-la e não considerá-la como um desafio para a prática educativa (CANDAU, 2008a, p. 28).

Por outro lado, o reconhecimento da necessidade de enfrentamento e valorização da diversidade está sim presente no ideário de parte dos professores, ainda que superficialmente ou seletivamente para alguns casos. O que o docente e a própria instituição precisam entender é que essas práticas multiculturais não são apenas para trabalhar conteúdos folclóricos. Devem ser abordadas em um nível mais elevado em questões de discriminações, racismos e violências em geral. Portanto, os professores precisariam trabalhar a cidadania crítica e a democracia de maneira profunda e não apenas bens culturais (CANEN, 2007, p. 102).

A principal hipótese para a distância entre o que em linhas gerais prevê o currículo e mesmo é entendido pelos professores é que se aceita o princípio, mas esse entendimento é superficial e só percebe alguns pontos. Além disso, tal superficialidade se reproduz na prática da maioria dos professores pela insegurança ou mesmo a censura frente a familiares conservadores e mesmo frente a gestões que têm medo de se indispor com algumas famílias com temas “polêmicos” (CANDAU, 2008a).

Em síntese, na escola primeiro pode existir a própria violência e negação cultural, que pode estar presente no ideário, ainda que velado, de alguns professores. Depois, e mais comumente, há o daltonismo cultural, que não percebe ou valoriza toda a diversidade. Por fim, há uma inércia de professores que, mesmo reconhecendo o multiculturalismo, não se aprofundam nas discussões em sala de aula.



2.3 Propostas sobre multiculturalismo para a Educação Básica

Na educação o multiculturalismo inicialmente é um fato pela diversidade escolar promovida pela universalização do sistema de ensino para todos. Ou seja, aqueles que antes não tinham acesso à escola, principalmente os mais pobres, agora podem frequentar o sistema escolar, sem que ocorra qualquer proibição de caráter social ou cultural. A inclusão e a igualdade formal que a lei e os recursos públicos asseguram preveem acesso tanto em materiais e métodos utilizados em sala de aula quanto em corpo docente. McLaren afirma que, como um fato, o multiculturalismo na escola pressupõe que “um pré-requisito para juntar-se à turma é desnudar-se, desracializar-se e despir-se de sua própria cultura” (MCLAREN, 1997, p.115).

No Brasil, o direito de acesso para todos à educação já havia sido expresso na Constituição Federal, em 1988, em que seu terceiro artigo, parágrafo IV, promove para o povo brasileiro o seguinte objetivo fundamental: “IV: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, p. 01)”. Todas as leis, diretrizes curriculares, normas educacionais e materiais didáticos que foram elaborados depois disso deveriam estar em consonância com esse princípio. Essa igualdade está presente também nas Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em sua primeira versão de 1996 e nas emendas posteriores.

No entanto, é preciso avançar além dessa igualdade formal e buscar a equidade, pois, como foi discutido, nossa sociedade foi construída pela escravidão, violências e negação. Então não basta assegurar o acesso de todos à educação e que as diretrizes educacionais promovam um currículo que ignora as lutas por mais espaço daqueles historicamente excluídos. É preciso sim apontar as diferenças como elementos de riqueza e enfrentar o discurso hegemônico como sendo um discurso de poder e herdeiro do processo de colonização.

O reconhecimento e a valorização da diversidade cultural na educação são resultados de muitas lutas e movimentos sociais, históricos e políticos, que pressionaram para que tivessem suas perspectivas aceitas de maneira justa. Esses movimentos juntaram-se ao trabalho de pesquisadores que influenciaram na



construção da legislação e das demandas curriculares e dos referenciais bibliográficos (CANDAU, 2008a).

Essa busca de enfrentamento e de valorização daqueles que tiveram suas vozes negadas pode ser percebida nas leis que estabelecem o estudo de história e culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 2003, passou a vigorar acrescida artigos 26-A e 79-B, estabelecidos pela Lei nº 10.639/2003. O Artigo 26-A estabelece que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Ou seja, o princípio presente na LDB em 1996, de uma história somente do ponto de vista do “branco” e a naturalização da matriz cultural europeia, foi ampliado em 2003. Depois, em 2008, a Lei nº 11.645/2008 adicionou à LDB o seguinte Artigo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008).

O currículo precisa ser repensado pelo professor, de modo que esse veja as possibilidades que estão presentes nas *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão* (BRASIL, 2013). Sobre o papel da educação e da escola a Lei estabelece:

É uma instância em que se aprende a valorizar a riqueza das raízes culturais próprias das diferentes regiões do País que, juntas, formam a Nação. Nela se ressignifica e recria a cultura herdada, reconstruindo as



identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País. [...] A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias (BRASIL, 2013, p. 30).

Essa lei é um referencial para se embasar e estruturar todo o currículo, pensando-se na transversalidade de algumas temáticas, pois é impossível desassociar os fenômenos econômicos atuais de nossa história, bem como a nossa riqueza cultural, das contribuições de diversos povos. Esse referencial serve como base sobre a qual se estrutura a organização das escolas e as práticas pedagógicas dos professores. Nessa perspectiva:

Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, populações do campo, de diferentes orientações sexuais, sujeitos albergados, em situação de rua, em privação de liberdade, de todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas (BRASIL, 2013, p. 7).

Essa perspectiva também é reiterada de forma direta e indireta nas diversas áreas do conhecimento propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em um de seus objetivos de aprendizagem do Ensino Fundamental enfatiza que:

É imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades (BRASIL, 2017, p. 368).

A partir do estabelecido pela BNCC, foram desenvolvidas competências gerais para atender inclusive ao Ensino Religioso. Mesmo nesse campo polêmico e geralmente excludente – por parte da prática de professores, pois privilegia somente uma matriz religiosa – há o espaço para a diversidade. Os objetivos desse ensino asseguram espaço para uma gama de diversidade para “desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade e o pluralismo de ideias” (BRASIL, 2017, p. 434).



Por isso, é de suma importância haver um projeto voltado com essa temática já na Educação Infantil, começando desde cedo a conscientizar a criança sobre o reconhecimento e respeito em relação à diversidade cultural, social e de gênero do nosso país. No Ensino Fundamental essa discussão deve adiantar-se aos problemas como bullying e enfrentar de forma efetiva discriminações, propondo que se naturalizem as diferenças. Essa discussão é parte do currículo, principalmente de disciplinas como História e Geografia, mas também é um enfrentamento que pode ser feito por exemplo através da Literatura.

Trabalhar o tema do multiculturalismo no ensino é importante para sensibilizar nos alunos as problemáticas sobre as diversificadas formas de preconceitos e discriminações que existem em nossa sociedade. Brandim defende que levar em conta a pluralidade cultural nas discussões sobre educação implica:

Pensar formas de reconhecer, valorizar e incorporar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares. Significa, ainda, refletir sobre mecanismos discriminatórios que tanto negam voz a diferentes identidades culturais, silenciando manifestações e conflitos culturais, bem como buscando homogeneizá-las numa perspectiva monocultural (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 56).

Portanto, abordar essa questão desenvolverá no aluno a compreensão e o respeito acerca das diversas culturas e habitantes de uma sociedade e de um país (MAIA e SILVA, 2019, p. 204). Então, depois de reconhecer o problema, o próximo papel dos professores é efetivar esse enfrentamento nas escolas, aprofundando-se mais de acordo com que desenvolve sua própria consciência.

E essa percepção, aceitação e valorização da diversidade deve ser trabalhada mais efetivamente nas escolas da Educação Básica do que é atualmente feito. Faço minhas palavras as palavras de Candau:

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008b, p. 52).

A instituição escolar deve ser pensada como um espaço de encontro cultural, pois é onde todos os alunos com ancestralidades diferentes vão se interligar. A



equipe escolar e a multiculturalidade dos alunos são polos dependentes, que irão engrandecer cada vez mais o processo de ensino-aprendizagem. A escola é um grande espaço de alastramento de diferentes culturas, desenvolvendo o relacionamento entre as concepções deixadas por elas, e promovendo o enriquecimento da democracia envolvendo a vivência entre os grupos.

Nessa perspectiva, entendemos que a prática de reconhecimento do multi, trans, pluri, interculturalismo enriquece o meio escolar, pois ocorre uma maior valorização dos mais variados saberes, gostos e identidades. Segundo Silva é preciso revisar padrões definidor e promover encontros entre os diversos:

A abordagem da diversidade cultural na escola se realiza, portanto, a partir do encontro de nossos valores simbólicos, sociais, econômicos, culturais e do *outro* (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), o diferente. [...] torna-se cada vez mais necessária a revisão de determinados padrões éticos, estéticos e formativos (SILVA, 2011, p. 14, grifo do autor).

A construção do currículo escolar é deveras importante, pois é o documento em que estará descrito tudo o que será realizado durante todo o desenvolvimento da aprendizagem – até que mude novamente. Segundo Candau, é preciso realizar essa construção curricular prevendo práticas necessárias para trabalhar essa visão multicultural, com alguns tópicos a serem seguidos, para se obter êxito na realização. O principal é prescrever nos conteúdos curriculares o fato de que temos nossas identidades diversas, e que elas podem ser fruto de cruzamentos de outras matrizes do passado (CANDAU, 2008a, p.25).

Quando se entra nessa temática na educação, tanto docentes quanto discentes, tendem a dizer que não têm noção sobre o tema ou se está consciente da sua própria formação identitária multicultural, o que por muitas vezes é a maioria da população. Esse exercício de abordar a multiculturalidade, como reconhecimento de suas identidades, pode ser introduzido na vida dos alunos desde cedo em seu desenvolvimento, trabalhado como atividade de procura de sua ancestralidade, suas raízes familiares culturais, de maneira a exaltar as diferenças presentes na criança (SILVA; BRANDIM, 2008).

O próximo ponto problemático a ser enfrentado é o *daltonismo cultural escolar*, que precisa ser desenraizado da vivência educacional. O *daltonismo cultural* é um termo utilizado para denunciar as perspectivas monoculturais, trabalhando o “único”, a cultura “padrão”, que são utilizadas frente as características heterogêneas



dos alunos nas escolas, silenciando diversas formas de manifestações. Quando não silencia, esse daltonismo só reconhece aspectos negativos em relação as vivências socioculturais dos alunos. A escola normalmente realiza as suas experiências dessa maneira, pois está acomodada na facilidade de não se arriscar em seus desafios inerentes à temática e naturalizar o “padrão” por ser mais fácil de trabalhar (CANDAU, 2008a).

Uma terceira proposta que ajuda na revisão do currículo e das práticas escolares é a superação da representação do termo “nós” frente a representação negativa do termo “outro”. Em sociedade temos esses termos descritos como forma de identificação de grupos, como o “nós”, que seria o nosso grupo, e demonstra um afeto maior por dizer que são as pessoas que identificamos com valores, pensamentos, ações, características semelhantes ou iguais as nossas. O “outro” seria o contrário disso, como pessoas que são contra ou tendem a ter muitas diferenças do grupo padrão (IVENICKI, 2008).

Cria-se assim uma visão binária e oposta, “mau” ou “boa”, o que traz no pensamento de que quem está do lado mau, precisa se converter ao lado bom ou ser inimigo dos mesmos. Do ponto de vista educativo, essa diferenciação binária ocorre de maneiras diferentes entre os alunos e professores, em comparação a maneiras de dar aula, ou rendimento da sala, qual escola é melhor na cidade, entre outras pontuações. E mesmo essa visão do nós nem sempre diz respeito ao grupo de quem fala, pois muitas vezes esse “nós” é o grupo padrão dominante, como o homem branco heterossexual, do qual a maioria da população não faz parte (IVENICKI, 2008).

Infelizmente as interações na sociedade com os indivíduos determinados como “outros”, principalmente minorias étnicas e estrangeiros, acabam ocorrendo na maioria das vezes de maneira conflitante ou até violenta. Um exemplo disso são as regionalizações, na qual se caracteriza a cultura do outro como folclore. Dessa forma, na escola o professor deve apresentar aos alunos pontos positivos sobre os diferentes do padrão aceito como o “normal”, para que assim aprendam a reconhecer as diferenças existentes entre cada indivíduo sem causar relações de conflitos (IVENICKI, 2008).



E como último ponto trazemos a concepção da prática pedagógica das mudanças e transformações no âmbito das matrizes culturais e mesmo em cada grupo. Um exemplo disso são as mudanças de comportamento que reivindicam as novas gerações. Outro exemplo são os direitos de expressão, acessibilidade e participação de pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais. Muitas podem ser as práticas utilizadas no cotidiano dos alunos para promover essa interação e convivência. Como a sociedade está em constante mudança, a educação precisa acompanhar essas transformações e fazer delas aprendizados mútuos e enriquecimento cultural para o cotidiano de todos os que se percebem diferentes entre si (CANEN, 2007).

Perceber as mudanças e as diferenças, nessa perspectiva, ajuda a criar a consciência sobre a diversidade; opondo-se à negação do “outro”. Nesse sentido, ser diferente é positivo e mutuamente enriquecedor aos grupos. O que precisa ser compreendido e abraçado é que primeiramente todas as diferenças são bem-vindas e é papel da escola demonstrar isso. Depois, é preciso afastar o véu que ofusca e secundariza os diferentes aspectos culturais, valorizando somente a matriz cultural hegemônica.

A escola precisa se ater como um espaço onde essas transformações e criações culturais sejam possíveis de acontecer, inclusive fazendo uso das novas tecnologias de comunicação. Não faz sentido que apenas introduzamos a discussão, mas que a vivenciemos; e as tecnologias de comunicação e informação podem ser aliadas nesse sentido.

Dentro dos espaços escolares é fundamental que a equipe pedagógica, em conjunto com os professores, proporcione o desenvolvimento de metodologias e práticas no cotidiano escolar, capazes de promover debates e reflexões juntamente com os alunos, sobre a necessidade do respeito e aceitação para com as diferenças culturais (MAIA e SILVA, 2019, p. 215).

Por fim, devem ser percebidas as violências físicas e simbólicas de gênero, como o machismo estrutural e a homofobia. Abordar essas questões na escola não significa, como muito se teme hoje em dia, fazer apologia ou sexualizar as crianças. A proposta é que se evite violências que antes eram exercidas contra aqueles taxados como “inferiores” através da compreensão e do convívio cidadão.

Conclui-se então que a legislação educacional atualmente vigente pressupõe que o multiculturalismo seja abordado nas disciplinas em sala de aula. Essa



discussão pode ser indireta ou superficial por parte do professor, mas também pode ser aprofundada nas discussões cotidianas. Por fim, cabe às escolas enfrentarem esses problemas, por um lado através de seu Projeto Político Pedagógico e de sua filosofia escolar; por outro, pela organização das aulas por parte do professor.

2.4 O que membros de uma comunidade escolar pensam sobre o assunto?

Para concluir essa pesquisa fizemos um breve questionário com professores com intenção de verificar como a discussão aqui proposta pode ser observada em uma comunidade. Para isso foi feita uma pequena pesquisa por amostragem simples, com quatro perguntas nas quais os questionados deveriam responder de forma objetiva entre *sim* e *não*. A intenção era apontar caminhos sobre como pode ser feito um diagnóstico acerca do problema aqui apontado – a negação do multiculturalismo – e também apontar caminhos a serem seguidos para combater esse problema. Tal questionário baseou-se nas seções dessa pesquisa e buscou verificar as hipóteses aqui defendidas com base na bibliografia.

Essa pesquisa foi realizada em Fartura, município no interior de São Paulo, com uma população de cerca de dezessete mil habitantes. Foi selecionada a Escola de Ensino Fundamental: E.M.E.F. “Professor Miguel de Góes Vieira”. Para isso foram questionados dez professores formados em Pedagogia, com pós-graduação na área de Educação.

A ferramenta usada foi o Google Forms. O questionário foi enviado para os professores pelo aplicativo de conversas WhatsApp, com um breve texto explicando do que se tratava a pesquisa a qual o questionário faz parte. Na descrição feita pela pesquisadora o multiculturalismo foi categorizado somente como um tipo de movimento social em prol do reconhecimento da diversidade cultural.

O multiculturalismo a partir da *Pergunta 1* aparece como uma perspectiva: movimento social em prol do reconhecimento da diversidade cultural. A *Pergunta 2* explicita um problema, o preconceito, que está relacionado a essa diversidade cultural. A *Pergunta 3* sugere uma postura de enfrentamento do problema através do currículo. A *Pergunta 4* procura indícios para descobrir se tal enfrentamento está presente no cotidiano (aulas) da escola em questão.



“1. Você tem ciência do significado do termo multiculturalismo?”

Respostas: todos os entrevistados responderam com afirmação.

Todos os professores questionados afirmaram ter ciência da problemática do multiculturalismo que o questionário propôs. Mesmo somente com a breve descrição sobre o que é o tema, não houve nenhuma dúvida comunicada para a pesquisadora e as respostas foram prontamente enviadas.

“2. Na sua opinião o multiculturalismo pode estar relacionado com questões de preconceito?”

Respostas: todos afirmaram positivamente.

Os entrevistados afirmaram ter consciência do fato de no Brasil haver preconceitos diante da diversidade cultural presente em nossa sociedade. A pergunta tocou no tema do multiculturalismo (tema que acima os questionados afirmaram conhecer) e o relacionou com preconceito (discussão comum em nosso país). Como o multiculturalismo foi apresentado enquanto defesa da diversidade cultural, sua relação com preconceitos obviamente é uma proposta de enfrentamento. Essa resposta positiva indica que os questionados sabem que em algum grau ou por algum tipo de identidade cultural alguém ou algum grupo é discriminado.

“3. Na sua opinião o multiculturalismo deve estar presente no currículo escolar?”

Respostas: todas as respostas foram positivas.

Seguindo a pesquisa, cem por cento dos entrevistados concordou que o problema deve ser abordado no currículo escolar (conteúdos). Não é possível saber qual é a profundidade que os questionados concordam que tal temática deve ser abordada no currículo, devido aos limites (conscientes) propostos para essa pesquisa. Mas é importante lembrar, como foi discutido, que tal temática já está prevista nas diretrizes curriculares para a educação do país, como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

“4. No seu local de trabalho o multiculturalismo está presente?”

Respostas: 90% responderam que sim e 10% responderam que não.



Como o multiculturalismo foi apresentado como uma proposta de ação em prol do reconhecimento da diversidade cultural, a grande maioria dos entrevistados faz esse reconhecimento como desafio a ser enfrentado na Escola. Mas antes eles haviam dito que o problema continua e está presente na escola. Então podemos colocar duas novas questões que aqui não podem ser respondidas: o quanto esses professores estão se aprofundando no assunto? Será que esses docentes estão realmente enfrentando o problema ou apenas responderam em concordância com a proposta da pesquisa?

Foi possível interpretar que esses professores conhecem os princípios do multiculturalismo e entendem que ele está relacionado a problemas como preconceitos. Também concordam que os princípios do multiculturalismo devem estar presentes no currículo e defendem que isso seja discutido na escola. O fato de até aqui as três primeiras perguntas serem respondidas positivamente está em acordo com o que foi demonstrado na bibliografia discutida nessa pesquisa.

Por fim, a *Pergunta 4* procurou indícios para descobrir se tal enfrentamento está presente no cotidiano da escola em questão, como a proposta defendida na *Seção 2.3*. A Resposta positiva contradiz o que foi discutido na *Seção 2.2* dessa pesquisa, pois a bibliografia afirma que tal discussão não acontece de maneira efetiva ou aprofundada nas salas de aula – indício disso é o alto grau de preconceitos e violências em nossa sociedade. Isso nos deixa frente a um novo problema qualitativo sobre o tema: saber se realmente esses professores estão o abordando; ou o quanto estão se aprofundando no assunto; ou porque tal enfrentamento não está sendo suficiente. Como essa discussão mais aprofundada não era a proposta dessa pesquisa, conscientemente deixamos em aberto o caminho para uma próxima pesquisa.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema que foi retratado nesse artigo, segundo a bibliografia utilizada, transmite a definição de cultura, estipulado como um conjunto de crenças, hábitos, expressões, ações, línguas, valores, entre outros aspectos. A cultura pensada pela sociedade são apenas os aspectos em que se caracteriza algum indivíduo ou grupo social, mas o conceito de cultura não se constitui apenas nesses atributos. Esse termo pode ser definido como todas as características que uma pessoa ou grupo desenvolve e reproduz através de suas capacidades cognitivas, que aos poucos é repassada em gerações se caracterizando com uma certa importância. A partir disto foi definido o que é o multiculturalismo, que diante das referências aqui citadas, discute que sua matriz é conceitualmente a existência de várias culturas residentes em um mesmo local. Mas esse termo pode ser definido de diversificadas maneiras por cada grupo que o utiliza, por isso é preciso apontar a melhor definição no contexto em que é abordado.

O multiculturalismo discutido atualmente nas instituições escolares é ligeiramente como bens culturais, atividades que trabalham o folclore, datas comemorativas, entre outros casos em que é citado apenas características superficiais. De fato, há pouco entendimento do que deve ser trabalhado diante esse tema pelo fato dos professores não enfrentarem o desafio e se sentirem inseguros ao se aprofundar em um tema delicado que acaba envolvendo os familiares. Em evidência existe o reconhecimento temático, mas não há o aprofundamento.

O combate a esses problemas presentes na sociedade deve ser feito desde o início do processo escolar de um aluno, começando com a Educação Infantil, conscientizando a relação multicultural e o respeito ao outro. Continuando no Ensino Fundamental, é preciso trabalhar questões sobre a naturalização das diferenças, enfrentando o bullying e maneiras discriminatórias, concepção que deve ser aprofundada no Ensino Médio. Contudo é papel do docente desenvolver sua própria consciência, enfrentando os desafios de sua sociedade. Portanto essa temática deve ser trabalhada em sala de aula de acordo com as disciplinas, podendo focar também em discussões cotidianas.

Concluindo, a pesquisa de campo realizada teve o intuito de procurar entender como o assunto está sendo trabalhado, pois em pontos observados no



cotidiano escolar é possível a percepção de muitos problemas envolvendo nosso interesse nesse artigo. Todavia, as respostas puderam provar que há um afastamento diante do problema, e a solução é que deve ser trabalhado com os alunos. Mas então se isso é afirmado porque o problema persiste?

Concluo que esse artigo científico tratou de um tema onde as pessoas precisam melhorar sua visão, buscando novos caminhos de ensinamento, pois todos podemos ensinar e aprender. O que melhora e enriquece o convívio social são aqueles que sabem respeitar o outro e suas opiniões, mantendo a mente aberta para novos pontos de vista sobre o que se precisa alcançar. São esses valores de respeito ao próximo, aceitação das diferenças e aprendizagem em visão de outras culturas que precisa ser transmitido para nossos discentes sem medo de enfrentar os desafios que poderão aparecer. Assim finalizo com uma frase que resume essa pesquisa onde diz que: **“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”** (FREIRE, 2003, p. 61).



4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**: diversidade e inclusão/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008a.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n. 37, 2008b.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, p. 240-255, Jul./ Dez. 2011.

CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. **Comunicação e Política**, v.25, nº 2, p. 91-107, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 27ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GROFF, P. V.; PAGEL, Rogério. Multiculturalismo: Direitos das minorias na era da globalização. **Revista IMES**. Direito, v. 16, p. 07-19, 2009.

HANNA, Paola Cristine Marchioro. **Educação intercultural**: possibilidade superação das violências nas escolas. Curitiba: Appris, 2015.

IVENICKI, A. Multiculturalismo e Formação de Professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, p. 1151-1167, 2008.



LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001.

MAIA, A. P. R.; SILVA, C. N. M. Educação Escolar e Multiculturalismo: lendo e refletindo realidades sociais na sala de aula. **Perspectivas em diálogo**: Revista de Educação e Sociedade, v. 6, p. 200-2016, 2019.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo. Cortez, 1997

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido de Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SARLO, B.. **Encenas de la vida pós-moderna**. Buenos Aires: Seix Barrai, 2004.

SARTORELLI, P. Diferença entre o homem e o animal. **Monografias Brasil Escola**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/filosofia/diferenca-entre-homem-animal.htm>. Acesso em: 15 de out. de 2022.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Epoque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.7-48.

SILVA, M. J. A.; BRANDIM, M. R. L. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Diversa**: Ano I - nº 1, pp. 51-66, jan./jun. 2008.

SILVA, N.N. A Diversidade Cultural como princípio educativo. Paidéia do currículo de Pedagogia, FUMEC. BH. Nº11, p 13-29, 2011.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

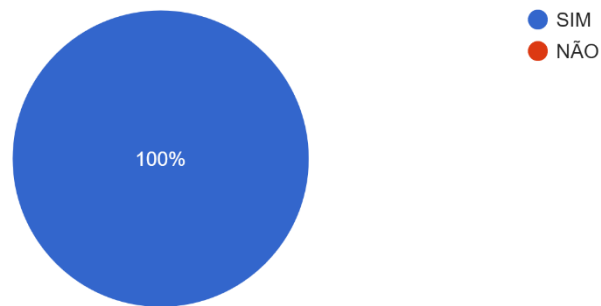
WERNECK, Vera Rudge. Uma avaliação sobre a relação multiculturalismo e educação. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ. [online]. 2008, vol.16, n.60, p.413-436.

5. ANEXO

Imagem 1: representação do Questionário enviado, na seção de respostas.

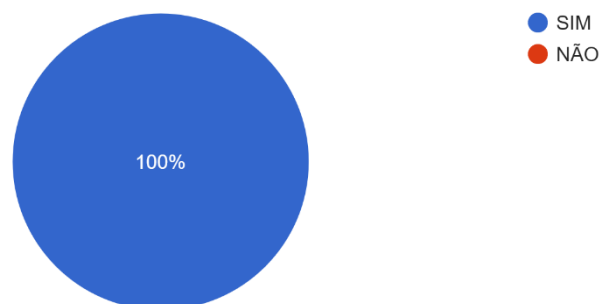
1-Tem ciência do significado do termo multiculturalismo?

10 respostas



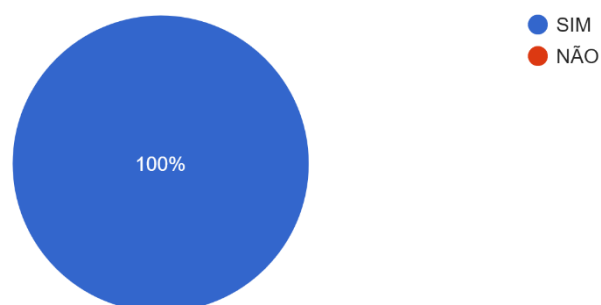
2- Na sua opinião o multiculturalismo pode estar relacionado com questões de preconceito?

10 respostas



3- Na sua opinião o multiculturalismo deve estar presente no currículo escolar?

10 respostas



4- Em seu local de trabalho o multiculturalismo está presente?

10 respostas

